



Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE
Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

A **Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável** de **Itabaiana/SE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 78/2021, atendendo ao requerimento relativo ao processo nº: 202456381225017 - outorga a presente

Licença Ambiental Simplificada – Nº 68/2024

Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA, inscrito no CNPJ sob nº.: 13.104.740/0001-10, para a atividade de CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE 9 SALAS PADRÃO FNDE, área total de 7315,11m², sediado na RUA FLÁVIO PEREIRA DOS ANJOS, S/N, BAIRRO MARCELA, com Coordenadas Geográficas LAT = -10.673300578090132 e LONG = -37.42642975760027.

Considerações Gerais

1. Esta Licença Ambiental Simplificada não exclui ou substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal;
2. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará nas penalidades previstas em Lei;
3. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final da sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até **120 (cento e vinte) dias antes do término** ;
4. A **Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável** de **Itabaiana/SE**, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por caráter de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de adequação e controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e /ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;

Obrigações do Empreendedor

1. Dentro do **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar a partir desta data o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme solicitado modelo disponibilizado, devendo encaminhar a **Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável** de **Itabaiana/SE**, um exemplar do jornal contendo a publicação.

Condicionantes

1. A empresa deverá requerer a renovação da Licença vigente no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término de sua validade, quando deverá apresentar:
 - a) Relatório de cumprimento de condicionantes;
 - b) Relatório técnico referente a conclusão das obras de infraestrutura do empreendimento, contemplando relatório fotográfico das etapas executadas, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
 - c) Relatório circunstanciado sobre o descarte dos resíduos sólidos da construção civil, anexando os comprovantes de recepção final emitidos por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente;
 - d) Em caso de mudança de responsável técnico, apresentar novos Termo de Responsabilidade - TRA e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
2. O empreendedor deverá apresentar a publicação desta licença no prazo de 30 dias após a emissão da mesma.
3. Esta licença não autoriza a realização de procedimentos que possam gerar resíduos perigosos não descritos no processo. No caso de implementação de atividades, o empreendedor deverá comunicar a SEMA para análise de novo processo de licenciamento e posteriormente emissão ou não de uma nova licença.
4. Os resíduos sólidos domésticos deverão ser dispostos em recipientes adequados e destinados a coleta pública, não sendo permitida incineração, queima ao ar livre e disposição a céu aberto.
5. Os resíduos sólidos da construção civil gerados pela execução do empreendimento deverão ter gerenciamento e destinação segundo as resoluções Conama 307/2009 e 448/2012, em conformidade com o PGRCC elaborado e apresentado à SEMA.
6. Esta licença não permite a realização de terraplanagem, visto que o objeto não analisado no processo de licenciamento.
7. Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser acondicionados conforme NBR nº 13230 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
8. O empreendedor deverá apresentar TERMO DE COMPROMISSO para destinação dos resíduos recicláveis, firmado com a COORECI-SE / COOPERATIVA DE RECICLAGEM DA CIDADE DE ITABAIANA-SE, CNPJ: 23.417.436/0001-86, situada na RODOVIA SE 175, ROTA DO SERTÃO, POV. OITEIRO DO CAPIM, S/N- ITABAIANA - SE.
9. Deverá implantar sistema de sinalização com placas de advertências em pontos estratégicos, no sentido de alertar, orientar e evitar transtornos na condução do tráfego.
10. Durante a execução das obras, deverá realizar manutenção permanente com aspersão de água, como forma de minimizar a emissão de particulado.
11. A emissão de ruídos provenientes da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBRs nº10.151 e nº 10.152 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, referenciadas pela Resolução CONAMA nº 01/90.
12. As instalações sanitárias provisórias deverão atender ao que estabelece a Resolução nº 09/81 do Conselho Estadual de Controle do Meio Ambiente.
13. Caso seja necessária supressão de vegetação nativa, inclusive corte de espécies isoladas, o empreendedor deverá requerer Autorização de Supressão de Vegetação Nativa (ASV) no órgão ambiental competente, bem como através do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLO com acesso pelo sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme a I.N. Ibama 14/2018 e o Art. 35 da Lei Federal nº 12.651/2012;
14. O sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento deverá ser operado em conformidade com as diretrizes municipais, de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamento e outros) e garantir o fluxo natural das águas.
15. O sistema de esgotamento sanitário, composto por fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro, deverá ser operado de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de insetos e outros inconvenientes, bem como afastar possibilidades de poluição de quaisquer áreas.
16. Deverão ser obedecidas às diretrizes da Certidão de Uso e Ocupação do Solo emitida pelo município de Itabaiana/SE.
17. O empreendedor deverá apresentar contrato com empresa licenciada ambientalmente para coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos perigosos, ou documentação que comprove a logística reversa dos mesmos.
18. Essa Licença Ambiental não autoriza o lançamento de despejos sanitários à rede de drenagem pluvial.

19. As empresas transportadoras de resíduos sólidos e/ou líquidos deverão ser devidamente licenciadas por órgão ambiental competente.
20. As informações no Termo de Responsabilidade Ambiental – TRA com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico são de responsabilidade de seus signatários, advindo para ambos, toda e qualquer responsabilidade civil, criminal e administrativa decorrente de problemas ambientais provocados pela operação do empreendimento.
21. O empreendimento deverá ser provido de rede de abastecimento de água operada pela companhia de saneamento de Sergipe – DESO.
22. Os resíduos sólidos considerados como perigosos, conforme ABNT NBR 10004/2004, deverão ser segregados, acondicionados e armazenados corretamente perante a ABNT NBR 12235/1992.
23. As emissões de poluentes atmosféricos provenientes da atividade não deverão conferir ao meio ambiente concentrações acima dos limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº 03/90.
24. Quaisquer alterações e/ou ampliações, capaz de modificar a classe de enquadramento do processo produtivo realizado por essa empresa, em desacordo com a Lei Complementar Municipal nº 078/2021, o empreendedor deverá comunicar a SEMA para avaliação e providências cabíveis.
25. No caso de omissão ou uso de informações inverídicas nas documentações apresentadas no referido processo pelo empreendedor, instrumentos que subsidiam a emissão desta licença, a SEMA deverá:
 - a) Suspender imediatamente a Licença emitida e impor a multa, na forma da legislação ambiental vigente;
 - b) Denunciar o responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe responsabilizando-o pela multa.

Licença Ambiental Simplificada emitida no dia: 03/09/2024

Conforme Processo nº 202456381225017 e Parecer Técnico PT- 05-0175/2024

Válida até 03/09/2027

Licença Ambiental Simplificada emitida com base na Lei Complementar Municipal 78/2021.